

UM ESTUDO DE ACESSIBILIDADE EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DE SÃO PAULO

Eliacy Cavalcante Lelis - FATEC ZONA LESTE

eliacy.lelis@fatec.sp.gov.br

Marina Castro Paulino - FATEC ZONA LESTE

marinacastro106@gmail.com

Mayara Borges dos Santos Jesus - FATEC ZONA LESTE

mayara_borges_santos@hotmail.com

Marcos José Corrêa Bueno - FATEC ZONA LESTE

marcos.bueno@fatec.sp.gov.br

Resumo

Frente às mudanças legislativas no que se refere à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, nota-se a importância desta no ambiente acadêmico, onde trata-se de um ambiente que proporciona a obtenção de conhecimento por meio da educação, visto como um direito frente à Constituição Brasileira. Para tanto, são levantadas algumas questões que se tornam contraditórias se comparado com o que é proposto, como a igualdade de acesso e conseqüentemente acesso à educação. Gradativamente o processo de acessibilidade foi moldado a fim de proporcionar a democracia acadêmica, algumas mudanças são fundamentais não só nos quesitos físicos, mas também na adoção das políticas e conscientização na comunidade. Esse estudo tem como objetivo realizar um breve levantamento de algumas adaptações realizadas em uma escola técnica de São Paulo-SP, além de apresentar algumas adaptações e abordar de maneira breve o seu impacto, esse estudo também proporciona uma grande conscientização a respeito do esforço e da dificuldade que os alunos portadores de deficiência enfrentam para ter acesso ao estudo.

Palavras-chave. Educação; Dificuldade; Acessibilidade

Abstract

Agribusiness Faced with legislative changes regarding the accessibility of people with special needs, it is noted the importance of this in the academic environment, where it is an environment that provides knowledge through education, seen as a right against Brazilian constitution. Therefore, some issues are raised that are contradictory compared to what is proposed, such as equality of access and consequently access to education. Gradually the accessibility process was shaped in order to provide academic democracy, some changes are fundamental not only in the physical aspects, but also in the adoption of policies and awareness in the community. This study aims to conduct a brief survey of some adaptations made in a technical school in the east of São Paulo-SP, in addition to presenting some adaptations and briefly addressing their impact, this study also provides a great awareness about the effort and difficulty that students with disabilities face to gain access to the study.

Keywords. Education; Difficulty; Accessibility.

1. introdução

O tema de acessibilidade é um dos conteúdos centrais para a qualidade de vida e pleno exercício da população e principalmente para pessoas com mobilidade reduzida ou sem nenhuma mobilidade que são as PCD's (pessoas com deficiências). A educação é um processo que atua de maneira gradativa no estabelecer do ser humano, tornando-se portanto, uma etapa fundamental para integração do indivíduo com a sociedade e todo seu desenvolvimento.

De acordo com a Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a educação é um direito do homem, é uma necessidade básica de todos. Para essa declaração, a educação está associada à diferenciação do homem frente aos outros animais, tornando-se uma característica única deste: proporcionar conhecimento e a partir disso transformar, organizar e rever valores.

Ainda, é importante salientar que a educação é fundamental para originar culturas de respeito à vida e à dignidade humana, atuando de maneira preventiva aos preconceitos e discriminação. O artigo 1º da Lei nº 9.394/96 ratifica a importância da educação no convívio social e familiar bem como sua organização na comunidade, o artigo 58 desta mesma lei enfatiza a respeito da Educação Especial onde é voltada aos alunos com necessidades especiais, esse artigo garante a inclusão escolar, orientando as instituições de ensino a se adequarem às necessidades destes, como por exemplo a acessibilidade arquitetônica (BRASIL, 2008).

Segundo o IBGE, quase 24% da população brasileira é composta por pessoas que possuem algum tipo de deficiência. O Brasil possui 45 milhões de Pessoas com Deficiência (PCDs). No que diz respeito aos espaços de tutela das instituições de ensino, os alunos transitam nos prédios e campus seja na chegada e alocação nas salas bem como deslocamentos que dizem respeito às necessidades fisiológicas como ir ao banheiro ou tomar água, todos os alunos realizam quase ou diariamente esse deslocamento nas dependências dos seus campus.

Para que possamos entrar na temática proposta, é importante realizar uma breve analogia onde, de um lado temos a educação, logo, um direito social e do outro o acesso à esta, visando que a educação nada mais é do que um direito constitucional, previsto na Constituição Federal Brasileira. Para tanto, torna-se necessário abordar o quanto o acesso dificultado às dependências impacta na qualidade de ensino do graduando.

O objetivo geral é pesquisar os fundamentos perante a lei de acessibilidade de cadeirantes dentro de uma instituição pública de ensino superior de São Paulo, e com base em pesquisas bibliográficas obter melhorias de acesso para as principais dificuldades confrontadas pelos mesmos. Deste modo, proporcionando o acesso dessas pessoas dentro da instituição, dando grande ênfase para integração, inclusão e liberdade.

O objetivo específico é explorar a legislação vigente sobre acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD), estudar mobilidade urbana e acessibilidade para

peças com deficiência dentro da instituição pública de ensino e investigar a acessibilidade dos PCR's dentro da instituição e propor melhorias.

2. Fundamentação teórica

Para obtenção e interpretação da temática abordada, foi utilizada uma pesquisa qualitativa de cunho documental. De acordo com Maanen (1979), a análise qualitativa abrange um conjunto de técnicas que permitem a interpretação, descrição e decodificação dos mais diversos componentes que possuem significados complexos. Ela tem como objetivo traduzir e reduzir o distanciamento entre indicador e indicado, teoria e dados e contexto e ação.

Appolinário (2009) afirma que esse tipo de pesquisa têm o intuito e finalidade do aprimoramento de conceitos ou descoberta de percepções, ou seja, tem como objetivo assegurar e propiciar maior familiaridade com o problema, a fim de transformá-lo de modo visível ou de elaborar hipóteses. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite as considerações dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

O conteúdo bibliográfico foi extraído a partir das bases CAPES, Google Books, Google Acadêmico e Scielo, foram filtrados os seguintes descritores: Educação; Dificuldade; Acessibilidade. Foram utilizados como critérios de inclusão, conteúdos que correspondem com a temática e objetivos propostos. Como critérios de exclusão do estudo estabeleceu-se conteúdos que não condizem com o tema, contexto e objetividade.

O quadro 1 apresenta o instrumento de pesquisa elaborado, entrevista com um aluno cadeirante da instituição para a realização do diagnóstico com base nas normas técnicas consideradas na metodologia da pesquisa, conforme descrito abaixo:

QUADRO 1: Diagnóstico sobre acessibilidade dentro de uma instituição pública de ensino superior de São Paulo.

TEMAS	AUTORES	PERGUNTAS
Lei de acessibilidade	Brasil (2000)	Quais as barreiras de acessibilidade que você enfrenta desde a entrada na faculdade e atividades desenvolvidas?
Lei de acessibilidade	Brasil (2000)	Quais são as tecnologias assistidas que estão disponíveis na faculdade?
Lei de Mobilidade Urbana	Brasil (2012)	Quais as suas recomendações de melhoria de acessibilidade para PCR?

Fonte: Autores (2019).

3. EMBASAMENTO TEÓRICO

3.1 Mobilidade Urbana.

Segundo o Ministério das Cidades (2006) Mobilidade pode ser definido como um atributo de deslocamentos realizados por indivíduos nas suas atividades de estudo, trabalho, lazer e outras, considerando as dimensões do espaço urbano e a dificuldade das atividades desenvolvidas. Juntamente com a mobilidade, manifesta-se a

necessidade da inclusão social, que tem o intuito de combater a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, motivada principalmente pelas diferenças de idade, gênero, classe social, preconceito social e/ou racial, deficiência entre outros.

De acordo com a Lei nº 123-97 de 22 de Maio, são aprovadas as normas técnicas atribuídas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, em edifício públicos, equipamentos coletivos, transporte e vias públicas. Brasil (2012) A política Nacional de Mobilidade tem como principal objetivo ajudar no acesso universal na cidade, que através de planejamentos é possível gerar condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes.

Quadro 2 : Lei de Mobilidade Urbana

I - transporte urbano: conjunto dos modos e serviços de transporte público e privado utilizado para o deslocamento de pessoas e cargas nas cidades integrantes da Política Nacional de Mobilidade Urbana;
II - mobilidade urbana: condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano
III-acessibilidade: facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados, reeditando-se a legislação em vigor."

Fonte: Adaptado de Brasil (2012)

Normas gerais e critérios básicos são estabelecidos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com a lei nº 10,098, de 19 de dezembro de 2000. Construção, ampliação ou reforma de edificações públicas ou privadas atribuídos ao uso coletivo deverão ser efetuadas de modo que tornam-se acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Quadro 3: Acessibilidade

<p>I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas à garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;</p>
<p>II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;</p>
<p>III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e</p>
<p>IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida." </p>

Fonte: Adaptado de Brasil (2012)

3.2 Acessibilidade

A lei 10.098 de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. A partir dessa Lei, são estabelecidas algumas definições:

Quadro 4 : Lei de Acessibilidade

<p>I- acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;</p>
<p>II - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:</p> <p>a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;</p> <p>b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;</p> <p>c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;</p> <p>d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;</p>
<p>VIII - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social"</p>

Fonte: Adaptado de Brasil (2012)

As ações do governo e as políticas públicas são importantes para mudar a forma de pensar e agir da comunidade. Para que sejam prestados serviços adequados às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, é necessário infraestrutura adequada, além de profissionais capacitados para oferecer suporte à toda a população.(LÉLIS, 2015).

Conforme a NBR 9050 (ABNT,2015), os edifícios residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais requerem ser acessíveis em suas áreas de uso comum. Para serem classificadas como acessíveis, todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto na NBR 9050 (ABNT, 2015). Segundo a mesma norma, as salas, banheiros e sanitários de locais de hospedagem, de instituições públicas e de hospitais, devem ser instalados telefones e alarmes de emergência visuais, sonoros e/ou vibratórios (ABNT, 2015).

3.3 Inclusão Social no Ensino Superior Público

De acordo com o QEdU Censo Escolar (2017), mais de um quarto das 35.885 unidades da rede pública de ensino do país tem dependências acessíveis, isto é, somente 29% (53.885 escolas) são acessíveis a pessoas com deficiência. Com base nisso, nota-se mais uma vez – como salientado anteriormente – a importância de associar a possibilidade de ter acesso ao ensino e a comunidade acadêmica com disposição de acesso às suas dependências.

Tanto o cenário internacional como nacional tem mostrado muitas adaptações legais a fim de evoluir o quesito acessibilidade para estudantes com necessidades especiais. Embora o avanço seja positivo, ainda resta um longo caminho a ser percorrido até atingir o avanço ideal. Para tanto, é importante que políticas destinadas à inclusão social sejam adotadas a fim de alcançar níveis elevados de formação acadêmica.

Quando é referido à dependências e acesso é importante remeter o pensamento à respeito da dignidade com que o acesso deve ser concebido, levando em consideração uma breve a carga de esforços realizadas pelas pessoas com mobilidade reduzida até chegarem ao campus de estudo, levando em consideração, além das dependências da instituição de ensino, todo o seu trajeto nas ruas e nos transportes.

A igualdade de oportunidade é vetada quando nos deparamos com esse cenário, onde um aluno enfrenta dificuldades de locomoção ao ambiente de estudo. Diferente do ensino regular, a universidade não reflete de maneira gradativa a respeito da pedagogia e os métodos a serem utilizados a respeito do sucesso ou ineficácia dos seus alunos frente ao ensino proposto, fato que também impacta diretamente na igualdade de oportunidades e a importância do quesito “acesso à educação”.

A universidade é etapa fundamental que atua como intermediador da extensão de conhecimento ao aluno, não deixando de fazer parte do eixo ensino-aprendizagem, onde existem dois protagonistas, aluno e professor. Aluno aquele que aprende e professor aquele que lhes transfere o conhecimento. Frente a isso, para Duarte e Cohen (2003), acreditam que quando o espaço não é vivenciado, observa-se uma

barreira de relacionamento onde pode trabalhar de maneiras negativas piores do que os obstáculos físicos.

Com isso, entende-se que todas as disposições acadêmicas que dizem respeito aos espaços físicos, devendo estes, serem criados e/ou disponibilizados a fim de trazer adequações para que haja democratização acadêmica. Um exemplo que representa bem essa necessidade é de um aluno com deficiência visual, onde através da disposição dos espaços adaptados, conseguem por meio de estímulos de memória e de organização espaço-temporal que poderão proporcionar-lhe uma melhoria na interação social (SANTOS, 1998).

Para Duarte e Cohen (2003), espaços inclusivos são áreas que possibilitam que todos – inclusive os indivíduos com necessidades especiais – ocupem-os com segurança, competência e liberdade, possibilitando uma relação saudável com o mundo exterior, entretanto, para Oliven (2012), os beneficiários frente a esse cenário representa apenas 1% entre os período de 2005-2011. Para Aranha (2004), acessibilidade física é um requisito fundamental para universalização da educação, onde, uma vez que não é disponibilizada, não pode garantir educação para todos.

O Ministério da Educação – MEC (2017), apresentou dados do censo escolar que evidenciam a inclusão de alunos com deficiência, no que diz respeito a matrículas, esse número ultrapassou 85,5% em 2013 para 90,9% em 2017. A grande parte desses alunos não possuem acesso ao atendimento educacional especializado, apenas 40,1% desses, tem acesso ao serviço.

As barreiras arquitetônicas, embora muitas das vezes, fossem defendidas por autores da literatura como meio de expressão, por lapidar de alguma forma o aconchego dessas obras, refletem no pensamento de Valdés (2006), que destaca que as universidades não demonstram interesse em adequar medidas que proporcionem a erradicação das barreiras arquitetônicas, onde são visadas a facilitação da conclusão da sua formação.

Alguns autores realizaram estudos que evidenciam os problemas e sugerem resolução para esses no cenário da educação superior, um desses estudos foi realizado por Chahini (2005), onde abordou a permanência de alunos do ensino superior repleta de

dificuldades associadas à estrutura física como por exemplo a ausência de rampas e/ou elevadores. Dentre todos os estudos, a maioria refere aos problemas a ausência de rampas, corrimão, banheiros adaptados, elevadores e marcadores para pessoas com deficiência visual.

3.1 Pesquisa de campo

3.1 Local em estudo

Instituição pública de ensino superior de tecnologia, localizada em São Paulo. Fundada em 1º de fevereiro de 2002 é uma das 63 faculdades de tecnologia presentes no Estado de São Paulo e uma das 7 presentes na capital paulista. Segundo a página oficial da faculdade (2019) possui 72 docentes, aproximadamente 1.320 alunos, sendo apenas um PCD.

3.2 Análise da acessibilidade para PCR.

Mesmo frente às diversas diretrizes legais impostas e mesmo em meio ao cenário tecnológico, onde o trânsito de informações e conscientização de diversos problemas são realizados de maneira mais eficaz e rápida, a acessibilidade ainda se torna um problema para diversos alunos – principalmente do ensino superior – mesmo que, melhorias já tivessem sido implantadas, é importante que essas, sejam aprimoradas e novas sejam adaptadas.

Cada tipo de necessidade exige uma adaptação específica, indivíduos com mobilidade reduzida que são usuários de cadeiras de rodas, por exemplo, tem a necessidade de ter seu acesso facilitado por rampas de acesso paralelas às escadas, elevadores e banheiros adaptados, desde as portas aos apoios no interior destes.

Para representar a necessidade dessa adaptação, foi realizado uma análise referente à estrutura física de acessibilidade aos alunos portadores de necessidades especiais às dependências de uma instituição de ensino superior de São Paulo-SP.

Os elevadores (Figura 1) intermediam o acesso do térreo à todos os andares, inclusive os andares que possuem salas de aula. A faculdade possui dois elevadores, porém só um funciona. São identificados com placas que orientam o uso preferencial, além disso, dispõem de apoios interno e marcadores de piso em todas as saídas de elevador, entretanto, não possuem marcadores de piso que levam até os corredores onde as salas se encontram.

Figura 1: Elevador com placa de identificação de uso preferencial e marcadores no piso



Fonte: AUTORES. (2019)

Os banheiros (Figuras 2 e 3) são de suma importância e são locais onde exigem muito esforço físico para locomoção, exigindo espaço e apoios, os banheiros possuem adaptações nas pias, vasos sanitários e apoios em seu arredores para facilitarem o seu uso. Não possui botão de emergência e nem todos estão adequados para o uso. Barras de apoio - fixas ou retráteis, com diâmetro de 3,5 a 4,5 cm e instaladas na parede com no mínimo 4 cm. Barra sanitária (apoio) - barras horizontais na lateral e no fundo junto à bacia 0,30 m de altura em relação ao assento, com comprimento mínimo de 0,90m e distância máxima de 0,24m da face lateral da bacia. Vaso sanitário com dimensões de 1,50m por 1,70m. Lavatório: aproximação frontal - 0,80m do piso, altura livre de 0,70m. Torneira não adaptada (tipo monocomando).

Figura 2: Banheiros com pia adaptada Figura 3 Espaço para manobra da cadeira de Rodas



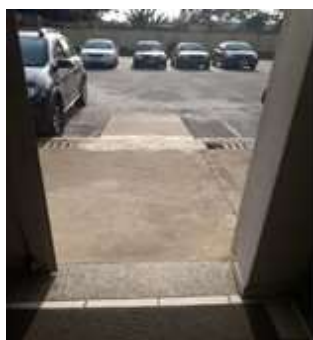
Fonte: Autores (2019)



Fonte: Autores (2019)

De acordo com a [Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência](#) (BRASIL, 2000), 2% das vagas de estacionamento (Figura 4 e 5) da cidade são reservadas para deficientes físicos.

Figura 4: Rampa de acesso ao estacionamento



Fonte: Autores (2019)



Fonte: Autores (2019)

Os refeitórios devem ser com mesas adaptadas para o encaixe certo da cadeira de rodas. O ambiente (Figura 6) não é adaptado, a cadeira não passa na porta de entrada.

Figura 6: Cantina usada pelos alunos - a porta não tem espaço para a passagem de uma cadeira de rodas.



Fonte: Autores (2019)

Figura 7: Entrada da Biblioteca - Sem sinalização e mesas adaptadas para cadeirantes.



Fonte: Autores (2019)

As mesas da biblioteca não são adaptadas (Figura 7)

As escadas dispõem de corrimão nas duas laterais e marcadores de piso indicam o início e fim do lance de escadas e os degraus com tamanho ideal.

Figura 8: Escadas adaptadas com corrimão e marcador de piso



Fonte: Autores (2019)

Figura 9: Porta com fechadura não adaptada



Fonte: Autores (2019)

As portas não possuem maçanetas tipo alavanca e sem revestimento resistente a impactos por cadeira de rodas.

A figura 10 mostra uma rampa de acesso do portão da instituição até a entrada no Campus –muito inclinada, aumentando o risco de acidentes, mas tem o piso tátil direcional.

Figura 10: Rampa de acesso



Fonte: Autores (2019)

5. Considerações finais

Com o objetivo de realizar um levantamento das devidas adaptações nas instalações dessa instituição de ensino, a fim de averiguar se estão de acordo com as necessidades dos alunos com mobilidade reduzida, observa-se algumas adaptações já realizadas muito importante frente à acessibilidade desses alunos. As dependências adaptadas aos cadeirantes se mostram muito eficazes frente às exigências e as necessidades, embora assim, ainda sejam necessárias algumas adaptações como por exemplo maçanetas nas portas e extensão da largura das portas para passagem confortável da cadeira, no que diz respeito aos deficientes visuais, são necessárias uma série de adaptações como a marcação no piso que levam até às salas.

Mesmo depois de anos e mesmo em meio a toda mudança excessiva nos meios tecnológicos e legislativos, a acessibilidade continua sendo algo desafiador não só para quem é dependente dela como para quem deva colocá-las em prática. No caso da escola estudada, trata-se de uma instituição pública, tornando os projetos de implantação dependentes totalmente das verbas do governo. É importante que a acessibilidade seja vista além de apenas um meio de acesso adaptado, mas sim como um direito de todos, garantindo igualdade na locomoção e, no caso da temática do estudo, auxiliar o acesso à aquisição de conhecimento por meio da educação, onde ninguém pode ser privado.

Além de realizar esse levantamento, o estudo também pode atuar de maneira conscientizadora, onde conseguimos enxergar a partir de outra esfera, a dimensão da dificuldades que esses alunos enfrentam dia após dia nas dependências acadêmicas, nos fazendo analisar as reais necessidades de adaptações. A acessibilidade além de ser um direito social, é um direito constitucional, onde deve ser respeitada e tratada com prioridade.

Referências

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050:2004,

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2015.

Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

APPOLINÁRIO, F. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2009.

ARANHA, M. S. F. Educação inclusiva – Referenciais para a construção de sistemas educacionais Inclusivos: a escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2004. v. 3.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Direito à Educação, Direito ao Trabalho e à Seguridade Social (Módulo V). In: Direitos Humanos e Mediação de Conflitos. Brasília: SEDH/ITS Brasil, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/boletins-do-censo-superior>.> Acesso em 28 set 2019.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm> Acesso em 28 set 2019.

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12587.htm> Acesso em 28 set 2019.

BRASIL. Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:

CHAHINI, T. H. C. Os desafios do acesso e permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas instituições de educação superior de São Luiz – MA. 2005. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2005.

CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm.> Acesso em 28 set 2019.

CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015. Estatuto da pessoa com deficiência. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Diário Oficial da União. 07 jul.2015, Brasília, DF,2015c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm.>Acesso em 28 set 2019.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. O ensino da arquitetura inclusiva como ferramenta para melhoria da qualidade de vida para todos. In: LARA, F.;

MARQUES, S. (Org.). *Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto*. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003. p. 159-173

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Censo Demográfico e Estatísticas de Pessoas com Deficiência no Brasil 2010*. Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracterist> Acesso em 15 set 2019

LÉLIS, E.C. *Mobilidade Urbana e diagnóstico da acessibilidade: um instrumento de análise*. Disponível em: <<https://singep.org.br/4singep/resultado/674.pdf>>. Acesso em 08 de setembro de 2019.

MAANEN, J.V. *Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface*. In *Administrative Science Quarterly*, vol. 24, no. 4, December 1979, pp 520-526.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *Dados do censo escolar indicam aumento de matrículas de alunos com deficiência*.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. United Nation Information, 1948. Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/a-importancia-de-estar-sempre-preparada/>> Acesso em 15 set 2019

QEDU, *Dados do Censo Escolar de Escolas com Dependências Acessíveis às Pessoas com Deficiência 2017*.

SANTOS, A. *O cego, o espaço, o corpo e o movimento: uma questão de orientação e mobilidade*. Rev. Benjamin Constant, 11. ed., mar. 1999.

VALDÉS, M.T.M. *Inclusão de pessoas com deficiência no Ensino superior no Brasil: caminhos e desafios*. Fortaleza: EDUECE, 2006.